

ALGUMAS INTERROGAÇÕES ACERCA DAS PRODUÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE A JUVENTUDE

<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/872>

Ana Carolina Farias Franco¹, Flávia Cristina Silveira Lemos¹,
Marcelo Almeida Ferreri^{II, *}, Leandro Passarinho¹, Adriana Elisa de Alencar Macedo¹

¹ Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil;

^{II} Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil

RESUMO

O artigo debate a emergência da juventude e como a mídia vem forjando-a por práticas disciplinares pautadas nas normas de desenvolvimento e nos desvios das mesmas. Há uma noção de jovem idealizado, constituído como criativo, dinâmico, rebelde, produtivo, saudável e um consumidor em potencial de tecnologias flexíveis digitais e que mobiliza sua comunidade. As políticas para a juventude pobre brasileira focam a prevenção à violência e a educação para o trabalho. A visão do jovem de elite é vinculada ao consumo e ao estilo de vida associado às marcas, ao esporte e ao uso de aparatos digitais.

Palavras-chave: jovem; mídia; Brasil; práticas disciplinares; normas.

SOME QUESTIONS ABOUT MEDIA PRODUCTIONS ON YOUTH

ABSTRACT

This article discusses the emergence of young and how the media has been cut by forging this disciplinary practices, rooted in the Standards development and how the deviations of the same. The notion of young, idealizes as one who is constituted as a creative, dynamic, rebellious and productive, healthy and a potential consumer of digital Technologies flexible can promote social mobilization of community. That the policies created for the Brazilian youth are focused on the axis of violence prevention and education to work. Although we discuss the vision of the Young elite linked to consumption and lifestyle associated with brands, to Sport and the use of digital devices.

Keyword: youth; media; Brazil; practices disciplinary; rules.

*Endereço para correspondência: Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. Avenida Mal. Rondon s/n - Jardim Rosa Elze. 49100-000 - São Cristóvão, SE – Brasil.

E-mail: anacarol_franco@yahoo.com.br, flavazevedo@bol.com.br, marceloferreri@uol.com.br, leandrojr@ufpa.br, drica_macedo@yahoo.com.br

Este artigo pretende problematizar as práticas discursivas e não-discursivas, engendradas pelos meios de comunicação, que objetivam a juventude. Para pensar os efeitos dessas produções midiáticas, faz-se necessário, antes de tudo, historicizar o conceito de juventude, pois não se trata de um objeto natural, como uma suposta fase universal do desenvolvimento humano. Assim, propomos problematizar tal objeto como um efeito de práticas sociais datadas.

Estudos históricos ressaltam que a noção de desenvolvimento e das chamadas “etapas da vida” (infância, adolescência, velhice, entre outras definições) são resultantes de práticas datadas que implicam processos de objetivação heterogêneos, que são efeitos das articulações entre saberes, poderes e subjetivações e compõem um dispositivo. Dessa maneira, falamos de lugares da história em um tempo acontecimental, ao pensarmos a produção da juventude por discursos midiáticos imanentes às práticas políticas, culturais, sociais e subjetivantes.

No bojo desse debate é que consideramos importante demarcar a emergência histórica dos objetos, tais como os que foram nomeados e classificados como etapas da vida recortadas em fases de desenvolvimento, com características próprias e distintas, evolutivas e lineares, organizadas por idades, comportamentos, sentimentos, modos de pensar e de agir, dificuldades e potências específicas.

O historiador Phillipe Ariès (2006) considera que o nascimento do “sentimento da infância” e da valorização da família, como espaço de intimidade e lugar privilegiado de educação e afeto dos filhos, surgiu simultaneamente a um processo de distinção entre a vida pública e a privada, em que toda uma reorganização do espaço foi realizada conjuntamente com as relações sociais, comunitárias e políticas. A medicina social, em aliança com o Estado Moderno, educadores e filantropos promoveram cruzadas para reduzir a mortalidade infantil e para arquitetar a cidade como campo militar, esquadrinhando cada lugar com parâmetros disciplinares, separando as casas das ruas, o local de trabalho da residência, a esfera pública da privada, por meio de aparatos médicos, psicológicos e urbanísticos, demográficos, estatísticos e geográficos. Contudo, defenderam a criação de meios de interligação entre esses pares, mediados pela figura do Estado, pela via dos contratos civis, e da medicina social, pela higiene, da escola liberal e da divulgação dos manuais de civilização e da assistência social, no caso das famílias pobres, pelas práticas de inquérito e exame disciplinares (FOUCAULT, 1979).

Os estudos antropológicos também contribuíram para a crítica da naturalização da noção de fases da vida, evidenciando como essas etapas poderiam inexistir ou serem definidas e redefinidas de outras maneiras, por meio de marcadores sociais diferenciados, o que acontece, inclusive, em outras culturas. O clássico estudo de Margareth Mead, sobre a adolescência em Samoa, constitui-se em um trabalho pioneiro sobre a questão. Essa antropóloga questionou a experiência da visão de adolescência norte-americana e os supostos dilemas que a cercam, elaborou um estudo sobre a mesma em Samoa, Ilha do Pacífico Sul, e concluiu que havia elementos demarcadores de que a adolescência

norte-americana era uma construção cultural (COHN, 2005). Desde então, abriu-se na antropologia um campo rico de pesquisas a respeito dos estudos sobre os processos de socialização e a construção de modos de ser juvenis.

Na cultura ocidental, em geral, como indicam os estudos de Sposito e Carrochano (2005), tem-se objetivado a juventude como período de transição para o mundo adulto, considerado o ápice de um determinado processo de desenvolvimento baseado na aquisição da racionalidade abstrata e do pensamento formal. Também foi formulada a vinculação entre o valor da vida adulta à função de ser este o período de produtividade no trabalho. Todavia, cada cultura define os comportamentos considerados legítimos para esse período da vida, visando à normalização dos membros da cultura, bem como o recorta ou não como valor.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito de juventude tem sido forjado nos confrontos e negociações discursivas, com fins de normatizar e normalizar o que significa ser jovem e como essa parcela da população deve se relacionar com o mundo e consigo própria. Um critério comum e amplamente utilizado para a definição da juventude é o da idade, contudo, como observa Novaes (2006), a experiência do chamado “tempo de juventude” é bastante singular, justamente por não estar atrelada aos limites etários, de sorte que esse suposto recorte de tempo específico da vida pode ser antecipado àqueles cujo direito ao que vem sendo designado de infância foi negado. A experiência do que se passou a objetivar como juventude é atravessada ainda por múltiplas condições, tais como: de raça/etnia, de relações de gênero, de escolaridade, de classe, de localização geográfica. E, por isso, em uma mesma cultura, encontramos a produção de juventudes tão distintas.

Vale a pena destacar, mais uma vez, que qualquer objeto limita e é limitado por um conjunto de práticas de padronização. Assim, entendemos que há uma larga diferença entre o que é nomeado como jovens e o que é enquadrado como juventude, como um modelo cultural. O conceito juventude, como uma abstração, não pode dar conta das inúmeras possibilidades de ser jovem, em seus múltiplos devires.

A distinção entre jovens e adolescentes é recente, pois, se o objeto adolescente foi produzido na virada do século XIX para o XX, o objeto juventude e jovem foi fabricado aproximadamente na década de quarenta do século XX, vinculado ao contexto de trabalho e entre as duas guerras mundiais, na ocasião, com as demandas de alistamento militar e de falta de trabalhadores, em função das guerras em alguns países. No caso de países em que a guerra não se colocava, havia a ideia de ocupar os jovens, para que os mesmos não fossem cooptados pelo crime e pelo uso de drogas. Nesta segunda situação, ser jovem era ser em virtualidade um possível problema social, caso práticas de educação, trabalho, medicalização e justiça não se materializassem preventivamente.

No pós-guerra, foi postulado igualmente que a juventude seria correlata à rebeldia e ao protesto, à criatividade e ao dinamismo, sendo mais que uma fase da vida, tornando-se um valor, como um estilo de vida relacionado aos movimentos da contracultura que, posteriormente, foi apropriado por um mercado de bens e serviços (DEBERT, 2010).

No Brasil, desde 1990, a UNESCO vem chamando a atenção para que o país recorte a categoria juventude da vinculação com a adolescência e elabore políticas públicas específicas para esse segmento. Em geral, a visão da UNESCO associa o jovem pobre à violência e, por isso, o encargo dirigido ao Estado brasileiro é de que este formule práticas de prevenção voltadas aos jovens, tendo em vista sua inclusão social.

Em 2005, foi aprovada a Lei 11.129 (BRASIL, 2005), que institui a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, destinados a articular a construção de uma Política Nacional da Juventude. Para consolidar de maneira descentralizada e democrática essa política, além da instalação dos Conselhos de Juventude, também foram realizadas a I Conferência Nacional de Juventude, que aconteceu em abril de 2008, e a II Conferência Nacional de Juventude, em dezembro de 2011. Um dos programas centrais do governo federal, criado em 2005 e que vem sendo desenvolvido e ampliado para os adolescentes e se diferenciando na cidade e no campo, é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM). Basicamente, é uma política de assistência social que foca os adolescentes e os jovens pobres, por meio da ideia de prevenção de situações de crime, violência e desemprego.

Diante destas primeiras considerações e da concepção de que há uma pluralidade de juventudes, questionamos quais os lugares são produzidos para estas, na mídia brasileira atual. Os apontamentos feitos por Abramo (1997) sobre as formas como tem sido abordado o tema da juventude brasileira, pelos meios de comunicação, nos oferecem um importante ponto de partida para discutir a questão. Para a autora, há ao menos duas formas de tematizar a juventude, nos meios de comunicação. A primeira forma é aquela destinada ao público adolescente e juvenil, cuja temática inclui “[...] música, moda, estilo de vida e de aparecimento, esporte e lazer”. A outra forma é a dirigida ao público adulto e tem construído a noção de juventude como um problema social, enfatizando temas como a “[...] violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou a medidas para dirimir ou combater tais problemas” (ABRAMO, 1997, p. 25).

Tais considerações nos sugerem que o que está em jogo são as diferentes formas de objetivar e subjetivar a juventude, uma que associa essa categoria à “melhor etapa da vida” e outra, atrelada a um perigo em potencial, que acarreta práticas de gestão diferenciada desses segmentos. Para problematizar a questão, aproximamo-nos das reflexões de Foucault sobre as sociedades disciplinares e as que foram formuladas por Deleuze sobre as sociedades de controle, uma vez que esses autores oferecem pistas valiosas sobre a produção de sujeitos, nas sociedades modernas ocidentais, que podem contribuir para a análise das diferentes racionalidades constitutivas do objeto juventude.

Foucault (2007) descreve a emergência, nos séculos XVII e XVIII, de uma tecnologia de poder que não submetia mais os sujeitos aos mecanismos de violência, como acontecia nas sociedades de soberania, em que o rei detinha o poder sobre a vida e a morte de seus súditos. Essa nova tecnologia de poder se concentrou no corpo individual. Inaugura-se uma anátomo-política do corpo, que o manipula e

o modela, a fim de torná-lo útil, multiplicando-lhe as forças e, ao mesmo tempo, dócil, provocando a diminuição dessas mesmas forças. Nesse sentido, foram criados diversos dispositivos técnicos e políticos, cujo conjunto Foucault chamou de disciplinas, com o objetivo de controlar os corpos, corrigindo-lhes possíveis falhas, operando sobre pequenos detalhes e atuando por meio de práticas divisórias que visavam a recortar segmentos da população, para geri-los com mais minúcia e cuidado, objetivando a ampliação de suas habilidades produtivas simultaneamente à diminuição de sua força política. Tratando da invenção dessa nova tecnologia política, Foucault analisa sua emergência e seus efeitos:

[...] como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. (FOUCAULT, 2007, p. 119).

As disciplinas constituíram-se como uma arte de distribuições dos corpos em espaços funcionais e hierarquizados, transformando “[...] as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2007, p.127). Nesse sentido, tornaram-se um mecanismo fundamental para o desenvolvimento do Capitalismo Industrial, sendo empregadas para o disciplinamento dos corpos nas fábricas, mas também nas escolas, nos hospitais e nos mais diversos espaços institucionais, incluindo os abertos.

As práticas sociais, inauguradas pelas sociedades disciplinares, produziram igualmente novas formas de constituição dos sujeitos, pautadas na noção de normalidade, progresso e desenvolvimento evolutivo. Afinal, as operações de comparação, diferenciação, hierarquização, homogeneização e exclusão, características das disciplinas, tinham por objetivo a promoção de processos de normalização realizados por meio de exames e vigilâncias dos corpos, articuladas ao tempo linear sequenciado em etapas progressivas e subsequentes rumo ao desenvolvimento e à gestão dos corpos, no espaço, com vistas a esquadrinhar presenças e ausências e computar lucros e prejuízos frente às mesmas.

A norma foi estabelecida como princípio da ação disciplinar avaliativa e educativa, sendo que permitia fazer operar táticas de inclusão para seus desviantes e premiação para os que a obedeciam. E a distinção entre o normal e o anormal se estenderá a todo corpo social, através do conceito de periculosidade.

A partir de seus estudos sobre as práticas penais, Foucault (1996; 2007) analisa a noção de periculosidade como a grande novidade introduzida pela criminologia do século XIX. De acordo com o pensador, isso “[...] significa que o indivíduo deve ser considerado ao nível de suas virtualidades e não nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 1996, p. 85). O que vai estar em julgamento é menos uma ação criminosa, do que uma tendência de alguém cometer um crime.

Caberia, nessa lógica, às instituições judiciárias, juntamente, com as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas e pedagógicas, a correção dos desvios e a educação preventiva, atuando sobre as virtualidades. Essas instituições passam a compor uma rede responsável pela ortopedia social. Entra em cena a “idade do controle social”, garantida por mecanismos de vigilância permanente e que “[...] se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer” (FOUCAULT, 1996, p. 88).

O desenvolvimento seria um processo que atuaria sobre a vida psicológica e orgânica de todos os indivíduos e que, segundo um critério temporal, poderia servir de “norma” em relação a qual todos poderiam se situar. Em alguns, ele é interrompido, em outros, dá-se mais lentamente, em outros ainda, ocorre mais rapidamente. O desenvolvimento permite que se estabeleça, deste modo, duas normatividades. Uma primeira, que será aquela do adulto. Ela se configura como um fim ideal, regulando-se pelo termo final de um processo: o processo do próprio desenvolvimento. A outra será uma normatividade correspondente à média deste processo de desenvolvimento identificada nas crianças (FONSECA, 2002, p. 70).

É nessa mesma época que surgem as teorias sobre as classes perigosas, as quais identificam as classes populares e suas formas de organização como potencialmente perigosas, de cunho racista e ligadas ao campo da gestão biopolítica: em nome da vida e de sua defesa, pode-se deixar morrer e matar. Para neutralizar o que era classificado como perigo, primeiramente se produziu uma racionalidade racista, que fazia alguns grupos figurarem como perigosos. Simultaneamente, eram formuladas práticas de criminalização das classes populares, vistas como potencialmente violentas pela condição de pobreza e baixa escolaridade (FOUCAULT, 1988).

Toda a gestão previsível dos riscos foi programada em função da ideia de carência cultural, afetiva, biológica e econômica, aspectos que ganharam maior visibilidade com a difusão do higienismo e do eugenismo propagados pelas sociedades médicas, jurídicas e ligadas à antropologia biológica, associadas à filantropia e à medicina social de Estado, as quais passaram a ser usadas para moralizar tais classes, como a substituição dos costumes por um sistema de código e o aprendizado e treinamento para a docilização do trabalho, para estabilidade da habitação e da família (FOUCAULT, 2007).

DA JUVENTUDE (POBRE) COMO UM PROBLEMA SOCIAL

Abramo (1997) salienta que o enquadramento das juventudes como um problema social, o qual prolifera na opinião pública, é histórico. De acordo com a autora,

[a] juventude só se torna um objeto de atenção enquanto representa uma ameaça a ruptura com a continuidade

social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados nos próprios indivíduos ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social -, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural. (ABRAMO, 1997, p. 29).

Essa racionalidade produzida em relação à juventude está associada à emergência do dispositivo de periculosidade, no Brasil, e tem suas raízes no século XIX. Os estudos históricos sobre as práticas de governo da infância e da juventude pobre brasileira indicam a tendência em atribuir a esse segmento da população a ideia de uma virtualidade perigosa.

No período da Primeira República, o Brasil (ao menos o eixo sul-sudeste) vive o início do processo de industrialização e urbanização, bem como de absorção de mão-de-obra imigrante, com o fim da escravidão e com a tentativa de implementação do projeto de embranquecimento da população brasileira. Paralela e conseqüentemente a isso, expandiam-se as condições de miséria e exclusão social de grande parte do contingente populacional.

Nesse mesmo período, são introduzidas as ideias da criminologia e medicina higienistas produzidas na Europa. Cabral dos Santos (2009) aponta que, no século XIX, os criminalistas se alarmavam com os elevados índices de delinquência, atribuindo à infância e à juventude corrompida (pelo mau zelo, seja da família, seja do Estado) a origem do problema. Nesse sentido, a propagação da ideia de que desestruturação familiar produzia indivíduos criminosos abriu espaço para que o Estado convocasse para si tarefas no que se refere à educação, saúde e punição para crianças e adolescentes (PASSETTI, 2009).

O movimento higienista no Brasil foi formado por profissionais de diversas áreas: eram juristas, pedagogos, urbanistas e, especialmente, médicos e psiquiatras, que cooperaram para a desqualificação da família pobre e operária, uma vez que estas, para esses profissionais, degeneravam seus filhos com seus hábitos e comportamento desviantes.

A integração social do indivíduo, desde a infância, era o desafio do projeto higienista, porque esta era (como até hoje é) identificada como futuro da nação. Passetti (2009) chama a atenção para as práticas de internação dos jovens pobres, como forma privilegiada de mecanismo de ortopedia social. Mas, além desta, foram acionadas ainda outras medidas de caráter filantrópico e de tutela a esse público.

O Código de Menores de 1927 (BRASIL, 1927) é resultado desse intenso debate desenvolvido no século XIX. O Código surge dos esforços coletivos de um saber médico, atento ao controle higiênico das famílias, e de um saber

jurídico, preocupado com o enquadramento criminal das desordens juvenis. O termo “menor”, contudo, passou a ser amplamente adotado, para além das esferas judiciárias e de saúde (PASSETTI, 1985).

Se o conceito de “menor”, no Império, estava vinculado a um limite etário, na transição para a República restringiu-se a designar os jovens das famílias pobres, que se encontravam ou em vias de se tornar um perigo ou que já se constituíam como tal. As práticas de estigmatização das parcelas pobres da população ganharam um estatuto legal, através desse Código.

É interessante pensar a função de que já se incumbia à imprensa no século XIX, a de dar visibilidade a esses conjuntos de perigos, ligados especialmente à delinquência. Como pondera Foucault (2007), a imprensa policial fez aparecer o que não podia ser esquecido, por sua natureza obscura e infame. O jornalismo deveria “[...] narrar esta batalha interna contra um inimigo invisível” (FOUCAULT, 2007, p. 237). Por conta disso é que, ainda no século XIX, o relato sobre a criminalidade juvenil começou a povoar os noticiários populares, o que “[...] contribui para a criação e reprodução das figuras criminosas juvenis, alimentando a imaginação dos adultos” (CÉSAR, 2008, p. 121). Isso indica a importância da imprensa para a produção e circulação de enunciados que associam a juventude pobre à ideia de perigo social.

Consideramos que essa racionalidade, ainda com avanços legais da década de 90, com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), que reconheceu as crianças e os jovens como sujeitos de direitos, não deixou de existir. Vê-se, diariamente, a perpetuação de “práticas minoristas”, inclusive pelos enunciados midiáticos.

Parece-nos que a relação entre perigo, criminalidade, violência e pobreza tem-se estabelecido como verdade nas manchetes, especialmente sobre a violência urbana. Regimes de verdades muitas vezes sustentados por especialistas, que ora recorrem a uma causalidade sociológica para a explicação da criminalidade (tal como as explicações da criminalidade pelo movimento de migração interna, no país), ora a uma psicologização das causas que justificam a criminalidade pela existência de indivíduos antissociais, os quais não conseguiram se adaptar à realidade urbana (ADORNO, 1995).

Como já mencionado, esta não é a única racionalidade produzida em relação à juventude. Nos últimos anos, uma nova forma de falar sobre a juventude passou a ganhar a visibilidade midiática, desencadeando processos diferentes de subjetivação.

SOCIEDADE DE CONTROLE, COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE

De acordo com Deleuze (1992), sociedades de controle emergem, após a segunda metade do século XX, com a crise dos mecanismos disciplinares de confinamento. O autor argumenta que “[...] os confinamentos são moldes, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem deformante de si que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas

mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 221). O confinamento está sendo trocado por um jogo de controle e comunicação contínuos, permanentes e inacabados, que ocorrem em meio aberto. Assim, a constituição dos sujeitos se tornou também mais fluida e flexível.

É interessante pensar a sociedade de controle como uma sociedade de comunicação, uma vez que o desenvolvimento de tecnologias de comunicação tem dado sustentabilidade aos sistemas de controle (HARA, 2007). Nesse sistema de comunicação, atuam os dispositivos midiáticos, os quais agem na tentativa de promover processos de homogeneização da cultura e produzir novas formas de subjetivação vetorizadas pelo capital mundial integrado.

O *marketing* é apontado por Deleuze (1992, p. 224) como o novo “instrumento de controle social”, que nos motiva permanentemente à adesão aos modos de existência produzidos por *kits* de subjetividade a serem consumidos; nessa lógica, os indivíduos são efeitos desses processos e devem estar dispostos, ainda, a uma abertura permanente ao deslizamento subjetivo, vendendo, comprando e consumindo estilos de vida provisórios e ligados às marcas de uma sociedade de controle que opera um mercado de serviços e de *marketing*. Nesse mercado, a especulação financeira ganha com a valorização extrema das corporações que fazem publicidade de suas marcas, que passam a valer cifras intangíveis para a voracidade consumidora.

Nessa sociedade, as mídias se tornam lugares de constituição da cultura, por meio dos aparatos criadores de modos de ser e valorização dos mesmos atrelados ao consumo de determinados produtos e de certas marcas associadas aos anunciantes das empresas de comunicação, que, em geral, são os principais financiadores dos meios de difusão impressos, radiofônicos, televisivos e digitais.

Tal controle rápido e flexível pela comunicação tem na veiculação de estilos de vida um operador da subjetivação empresarial, em que viver se torna um investimento a realizar a cada instante e que os modos de ser, pensar, de agir, de viver, de sentir e de se relacionar são capitalizados, sendo chamados de capital humano, capital social, capital relacional.

Ainda que a juventude exista como uma categoria plural, Catani e Gilioli (2008, p. 16) identificam um processo de uniformização em curso ou pelo menos de sua tentativa, decorrente de uma série de eventos recentes, como “[...] a internacionalização da economia, a globalização do consumo, a expansão da escolarização e de políticas públicas voltadas a este segmento”.

Os autores, ainda, pontuam que, na segunda metade do século XX, a juventude foi transformada em protagonista da indústria do consumo cultural, na qual os meios de comunicação ocupam um papel central (CATANI; GILIOLI, 2008).

Desde os anos 80 e 90 do século passado, toda uma gama de produtos midiáticos voltados ao público jovem é criada: são revistas especializadas, programas de TV e rádio, filmes, cadernos suplementares em jornais impressos. Muitos deles passam a aderir ao termo *teen*¹ para designar o público a que estão

voltados, como é o caso do *Folhateen*, caderno suplementar do jornal *Folha de S. Paulo*. O que se percebe é que esses dispositivos produzem uma definição de jovem elegendo características que lhe criam uma essência e o naturalizam. Nesse sentido, são produzidos modelos considerados adequados do que significa ser *teen*, que implicam modos de ser, pensar e sentir. No geral, esses modelos se pautam sobre parâmetros das formas de vida dos jovens de camada média, generalizando-os (CATANI; GILIOLI, 2008).

O discurso midiático associado ao da publicidade liga a juventude com uma fase prazerosa da vida e com o próprio ato de consumir (CATANI; GILIOLI, 2008). A adolescência e a juventude, conforme César (2008, p. 149),

[...] torna[m]-se assim o último espaço possível de felicidade e prazer mediado pelos fetiches da sociedade de consumo em relação à morosidade da idade adulta: é por isso que ela tem de ser preservada e resgatada dos perigos que a rondam constantemente.

O modelo da juventude consumista é, assim, uma nova forma de captura dos jovens, produzida pela sociedade de controle, que põe à venda não apenas produtos, mas também identidades?

De acordo com Rolnik (2002, p. 110), neste capitalismo globalizado, a subjetividade se constitui como um produto de curto prazo de validade. *Kits* de identidade com modos de pensar, vestir, falar e imaginar são postos à venda, “[...] acompanhados por uma poderosa operação de marketing” que nos faz crer ser esta uma subjetividade-élite. Assim, o que está fora desse território existencial demarcado deve ser segregado. Explicava a autora:

Fabricar esses dois tipos de território é a tarefa básica da mídia, ou melhor, fabricar “o” território, pois só há um, e demarcá-lo insistentemente do resto, o esgoto do mundo, onde sobrevive no limite tudo o que está fora dele. Imagens dessa demarcação saturam o visível, dia e noite, num verdadeiro assédio cerebral: do lado de dentro, o glamour das identidades *prêt-à-porter* de uma subjetividade-luxo; do lado de fora, a abjeção das subjetividades-lixo em seus cenários de horror feitos de guerra, favela, tráfico, seqüestro, fila de hospital, crianças desnutridas, gente sem teto, sem terra, sem camisa – sem papel – boat people –, vagando no limbo sem lugar onde ancorar. (ROLNIK, 2002, p. 110-111).

Em busca de pertencimento ao território glamourizado das identidades e por medo da morte social, somos lançados ao consumo de uma série de produtos do *fast-food* cultural, avaliando seu valor a partir da exposição destes pela mídia (ROLNIK, 2002). Diante das considerações de Rolnik (2002), questionamos se estas duas racionalidades sobre juventude não correspondem justamente a esses territórios subjetivos apresentados pela autora. Enquanto o modelo de juventude criado pela indústria cultural parece corresponder a essa subjetividade-luxo, que deve guiar

os desejos e os sonhos de todos os jovens, esta outra juventude estigmatizada por sua condição social parece estar associada a essa ideia de uma subjetividade-lixo e deve, portanto, se contentar com sua condição de subconsumidora.

Porém, podemos falar da juventude que é produzida nas manchetes de jornais sensacionalistas que vendem notícias a respeito de violência e do crime, em geral, em cadernos policiais e em programas televisivos sobre fatos variados e que utilizam a dor e o sofrimento como entretenimento e clamor pelo recrudescimento penal e motores de uma indústria do crime, pois fomentam a ideia de insegurança relacionada aos pobres e, sobretudo, aos jovens pobres, demandando políticas de redução de direitos desse segmento e pedindo endurecimento das estratégias de punição dirigidas a esse grupo. Esse tipo de imprensa forja a demanda de um mercado da segurança privada, de venda de seguros e de armas, de cercas elétricas e de vidros blindados.

Fotos de pessoas mortas com seus enquadramentos editados cuidadosamente para os fins a que se dirigem, redações ligadas aos setores policiais e ao mercado da segurança são amplamente usadas nesse tipo de mídia, que extrai do acontecimento a produção do fato/notícia capaz de favorecer uma política do terror, sustentada pelo medo e pelo desejo de consumir sem barreiras e com segurança. Os que não podem consumir são retratados como violentos e como criminosos que devem ser alvo de policiamento e prisões cada vez mais rígidos, sendo que a parcela da população que mais é alvo de tais táticas é a juventude empobrecida, moradora de bairros afastados dos centros, com baixa escolaridade, negra e do sexo masculino. Esses jovens são engendrados como jovens perigosos e figuram na mídia brasileira como um problema social grave.

Consideramos, ainda, que haja tentativas de captura dos jovens que procedam por mecanismos de homogeneização, de sorte que o sistema social opera por meio da gestão das multiplicidades, tratando de forma diferenciada aquilo que classifica e produz como sendo diferente. São produzidos lugares diferentes para as juventudes pensadas como distintas. Não é por acaso que, no coro moralista midiático, clamam-se às autoridades governamentais ações de recrudescimento penal àquelas juventudes consideradas perigosas, nos moldes dos velhos mecanismos disciplinares, enquanto há a exaltação midiática às outras juventudes bem adaptadas às subjetivações dominantes.

É verdade que, se as configurações das forças sociais têm intensificado os processos de controle, as brechas para resistência continuam a existir. Dessa forma, as juventudes têm construído suas trajetórias para além desses territórios previamente codificados. Não desejamos sustentar também a ideia de uma juventude como mera reprodutora dos ditames da indústria cultural ou da cultura de uma geração anterior, mas é imperioso pensá-la como um agente ativo na produção da cultura.

NOTA

¹ O termo *teen* é abreviação do termo inglês *teenager*, que significa “adolescente”.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização sobre a juventude. *Revista Brasileira de Educação*. Número Especial – Juventude e Contemporaneidade, [S.l.], n. 5, maio/jun./jul./ago. 1997; n. 6, p. 25-36, set./out./nov./dez. 1997.

ADORNO, S. Violência, ficção e realidade. In: SOUSA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 181-188.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 22 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria Geral da Presidência da República. *Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005*. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 25 fev. 2013.

CATANI, A.; GILIOLI, R. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: UNESP, 2008.

CÉSAR, M. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*. São Paulo: UNESP, 2008.

COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 210-230.

FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história do nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HARA, T. Sociedade de comunicação: controle e captura da singularidade. *Revista Aulas – Dossiê Foucault*, [S.l.], n.3, dez. 2006 / mar. 2007.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M.; EUGÊNIO, F. (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. p. 105-120.

PASSETTI, E. *O que é menor*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 347-375.

ROLNIK, S. A vida na berlinda. In: PACHECO, A.; COCCO, G.; VAZ, P. (Org.). *O Trabalho da multidão*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002. p. 109-120.

SPOSITO, M. P.; CARROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Revista Tempo Social*. v.17. n. 2. São Paulo, 2005.

Recebido em: 25 de maio de 2012

Aceito em: 13 de novembro de 2013

